



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico do Ministério Público
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Dominar a norma culta da língua portuguesa está se tornando cada vez mais importante para o sucesso de profissionais de todas as áreas. No passado, quando diretores, superintendentes e gerentes podiam contar com uma secretária, a falta de domínio da língua portuguesa não era tão notada, afinal, quem precisava escrever corretamente era ela. Hoje isso mudou. Com as empresas cada vez mais " enxutas ", muitas vezes os executivos ou não possuem ou precisam dividir a mesma assistente. Assim, obrigatoriamente tiveram que começar a escrever relatórios, preparar documentos e enviar e-mails.

Qual o motivo de tanta dificuldade para elaborar um bom texto? Resumidamente, o português é um idioma muito complexo e uma das principais dificuldades é que a norma culta é bastante diferente da língua normalmente falada. E a falta de domínio do idioma pode comprometer profundamente a imagem do profissional, colocando em dúvida a qualidade de seu trabalho.

Aqueles que cometem erros de português ao falar e não são capazes de escrever dez linhas gramaticalmente corretas e com clareza, passam aos outros uma péssima imagem de pessoa mal informada, de nível cultural baixo, que não lê.

O avanço da comunicação digital tem aumentado a necessidade de o profissional escrever. Nunca se escreveu tanto, embora não esteja aí qualquer indício de qualidade dos textos produzidos.

A mensagem eletrônica não deixa de ser um texto escrito, o que, por si só, aumenta a exigência de precisão. Na linguagem oral, existem mais mecanismos para se checar se a mensagem foi entendida corretamente. Há uma série de intervenções ' não entendi ', ' é isso mesmo? ', retomadas de trechos da conversa que ajudam a compreensão, além de contar com outros elementos como entonação, variação de voz, ironias. Na linguagem escrita não existem esses elementos, por isso precisa ser dotada de muita clareza. Uma simples vírgula pode comprometer totalmente um texto, podendo provocar realmente desastres na empresa, na família, na escola.

A linguagem escrita faz parte da vida prática e dentre as várias habilidades exigidas do profissional, a de se expressar nas linguagens oral e escrita tornou-se uma das mais prementes no mundo do trabalho. Sabemos também que, ao dominar a gramática, será mais fácil demonstrar conhecimentos técnicos adquiridos, mostrando antes habilidade com a língua portuguesa. Dessa forma, é essencial a conscientização de que o sucesso profissional depende tanto de saber escrever português com clareza, quanto dos outros conhecimentos técnicos.

(Adaptado de: Cláudia Madaleno. **Importância da língua portuguesa para a carreira.** Disponível em: www.jornaldaeducacao.inf.br. Acessado em: 19/12/2007)

1. O êxito de um profissional está relacionado sobretudo com
 - (A) os recursos de entonação, variação de voz e ironias.
 - (B) a habilidade demonstrada com a precisão no uso da fala.
 - (C) o domínio do idioma além do saber da área de ocupação.
 - (D) as informações sobre o perfil de seus clientes.
 - (E) a comunicação oral eficiente no âmbito empresarial.
2. A falta de domínio da norma culta em língua portuguesa
 - (A) cria uma imagem negativa do profissional que expõe a perigo o mérito de seu trabalho na empresa.
 - (B) se traduz em uma má comunicação escrita, mas bem recebida pelo público interno das organizações.
 - (C) evidencia os mecanismos de interferência que ajudam a compreender melhor os textos escritos.
 - (D) é a causa da dispensa de secretárias em empresas cada vez mais " enxutas ".
 - (E) revela que os jovens não veem relação entre o uso correto da língua portuguesa e a vida prática.
3. A dificuldade dos profissionais na elaboração de um texto bem escrito em português se deve
 - (A) à complexidade do idioma e à falta de correspondência entre a linguagem escrita e a falada.
 - (B) à exclusão das aulas de português nas grades curriculares da maior parte das universidades.
 - (C) às possíveis críticas negativas de seus colegas, clientes e concorrentes ao lerem seus textos.
 - (D) à concorrência de colegas da empresa encarregados de redigir corretamente os documentos.
 - (E) às muitas exceções das normas gramaticais vigentes que impossibilitam o domínio do idioma.



<p>4. Considere:</p> <p><i>Com as empresas cada vez mais "enxutas", muitas vezes os executivos ou não possuem ou precisam dividir a mesma assistente.</i></p> <p>Reescreve-se a frase corretamente, sem alterar-lhe o sentido, em linhas gerais:</p> <p>(A) Os executivos precisam dividir, muitas vezes, a mesma assistente com as empresas ou cada vez mais "enxutas" ou que não a possuem.</p> <p>(B) Muitas vezes os executivos porque não a possuem, precisam dividir a mesma assistente com as empresas cada vez mais "enxutas".</p> <p>(C) Os executivos entre as empresas, muitas vezes, mais "enxutas" ou não possuem ou precisam dividir cada vez mais a mesma assistente.</p> <p>(D) Devido às empresas estarem cada vez mais "enxutas", os executivos, muitas vezes, não possuem ou precisam dividir uma mesma assistente.</p> <p>(E) Os executivos precisam dividir cada vez mais a mesma assistente com as empresas que não as possuem muitas vezes mais "enxutas".</p>	<p>7. Todas as palavras estão corretamente grafadas em:</p> <p>(A) Os encarregados nos eventos beneficentes encaminhavam seus pedidos de verba à chefia.</p> <p>(B) Os executivos se responsabilizavam pela organização de eventos, anciosos por sucesso.</p> <p>(C) Os chefes ciosos de sua responsabilidade zelavam pela contratação de bons comunicadores.</p> <p>(D) Os chefes dos setores da empresa cuidavam dos empreendimentos com vistas à sua promoção.</p> <p>(E) Os empresários estavam afim de contratar pessoas capacitadas para exercerem as suas funções.</p>
<p>5. Nas empresas houve "enxugamento", algumas secretárias, trabalhos auxiliavam seus superiores, foram demitidas. Elas corrigiam a redação dos textos, encaminhando para assinatura e remetiam as correspondências para destinatários.</p> <p>As lacunas são, correta e respectivamente, preenchidas com:</p> <p>(A) onde - da qual - nos - lhes - seus</p> <p>(B) que - cujo os - lhe - os - seus</p> <p>(C) em que - cujos os - neles - lhe - seu</p> <p>(D) que - cujos - nos - lhes - seu</p> <p>(E) em que - cujos - lhes - os - seus</p>	<p>8. As regras de concordância nominal e verbal estão corretamente empregadas em:</p> <p>(A) Exige-se, agora, correção, precisão e clareza absoluta nas comunicações interpessoal nas empresas.</p> <p>(B) Precisam-se de mais executivos e funcionários habilitados, haja visto o sucesso das empresas.</p> <p>(C) É necessário a boa comunicação interpessoal tanto da chefia quanto dos funcionários da empresa.</p> <p>(D) Esperam-se que Vossas Excelências fiquem satisfeitas com a recepção que lhe foi preparada.</p> <p>(E) Fazia anos que era preciso mais atenção à qualidade dos produtos e ao trato com os clientes.</p>
<p>6. A frase em que se empregam os tempos e os modos verbais corretamente correlacionados é:</p> <p>(A) Quando a maior parte das escolas se limitaram a cumprir o número mínimo de aulas de português, estabelecido por lei, o jovem terminará o segundo grau com deficiências graves e as carregava para a vida profissional.</p> <p>(B) Se a maior parte das escolas se limitarem a cumprir o número mínimo de aulas de português, estabelecido por lei, o jovem terminará o segundo grau com deficiências graves e as carregará para a vida profissional.</p> <p>(C) Porque a maior parte das escolas se limitaram a cumprir o número mínimo de aulas de português, estabelecido por lei, o jovem terminaria o segundo grau com deficiências graves e as carregaria para a vida profissional.</p> <p>(D) Embora a maior parte das escolas se limitarão a cumprir o número mínimo de aulas de português, estabelecido por lei, o jovem terminará o segundo grau com deficiências graves e as carregará para a vida profissional.</p> <p>(E) Se a maior parte das escolas se limitaram a cumprir o número mínimo de aulas de português, estabelecido por lei, o jovem terminaria o segundo grau com deficiências graves e as carregava para a vida profissional.</p>	<p>9. Quando os executivos, apesar de terem frequentado vários cursos, alegam as dificuldades do uso da norma culta do português, porque a língua é complexa, não podem ignorar a necessidade de se expressarem com a devida correção gramatical, <i>para obterem melhor desempenho profissional e, se possível, conseguirem o sucesso em suas carreiras.</i></p> <p>O segmento em destaque expressa, no contexto, a ideia de</p> <p>(A) condição.</p> <p>(B) permissão.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) finalidade.</p> <p>(E) consequência.</p> <p>10. As pessoas que cometem erros de português, não dominam o idioma, passam de si a impressão de terem baixo nível cultural, aquelas mal informadas que não leem, podendo,, colocar em dúvida a qualidade do próprio trabalho, sejam especialistas em sua área de atuação excelentes executivos.</p> <p>As relações entre as ideias do período são corretamente estabelecidas, preenchendo-se as lacunas, respectivamente, com:</p> <p>(A) porque - tal - se - conforme - e</p> <p>(B) quando - tal - embora - porque - como</p> <p>(C) portanto - como - embora - quando - porque</p> <p>(D) porque - como - portanto - embora - e</p> <p>(E) portanto - contudo - como - embora - quando</p>



Atenção: As questões de números 11 a 13 referem-se ao texto abaixo.

O verbo no infinito

*Ser criado, gerar-se, transformar
O amor em carne e a carne em amor; nascer
Respirar, e chorar, e adormecer
E se nutrir para poder chorar*

*Para poder nutrir-se; e despertar
Um dia à luz e ver, ao mundo e ouvir
E começar a amar e então sorrir
E então sorrir para poder chorar.*

*E crescer, e saber, e ser, e haver
E se perder, e sofrer, e ter horror
De ser e amar, e se sentir maldito*

*E esquecer tudo ao vir um novo amor
E viver esse amor até morrer
E ir conjugar o verbo no infinito...*

(Vinicius de Moraes. **Livro de Sonetos**, 2. Ed. Rio de Janeiro, Sabiá, 1967)

11. O poema faz uso reiterado do modo verbal infinitivo. Esse uso identifica um processo

- (A) conclusivo.
- (B) futuro.
- (C) passado.
- (D) consecutivo.
- (E) atemporal.

12. É correto afirmar que

- (A) o título, referindo-se à eternidade, capta a relação entre forma verbal e conteúdo do poema.
- (B) a palavra infinito, relacionada ao amor e à morte, carrega a ideia de finitude.
- (C) a palavra infinito é inadequada, não se relacionando às escolhas do poeta.
- (D) o tempo verbal usado pelo poeta é o infinitivo, não condizendo com a forma do poema.
- (E) as reticências indicam uma interrupção, não captando a relação proposta pelo poeta.

13. Ao concluir o poema com o verso *E ir conjugar o verbo no infinito...*, o poeta indica que

- I. o destino do ser humano é conjugar verbos como faz o poeta.
- II. algo do ser humano permanece sempre, mesmo após a morte.
- III. a conclusão do processo apresentado no poema é a eternidade.
- IV. do homem, restam apenas as lembranças e o verbo no infinito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

14. Os pronomes estão empregados corretamente em:

- (A) Causou-lhes admiração, quando comentou-se que se contratariam novos funcionários que dedicar-se-iam a serviços externos.
- (B) Admiraram-se porque ninguém se convenceu de que o chefe do setor, para se eximir de responsabilidade, preferiria demitir-se.
- (C) Se recordando dos problemas do colega, lhe disse que podia conversar com os demais para socorrê-lo, se precisasse.
- (D) Saiu cedo do trabalho, tudo ajeitara-se com a secretária, se limitaria a passar na farmácia, pois encontraria a esposa para levar-lhe ao teatro.
- (E) Tivesse habilitado-se para disputa esportiva que realizaria-se durante as férias, não se estaria sobrecarregando com o acúmulo de treinos.

15. A frase em que se emprega a voz reflexiva é:

- (A) Aprende-se no dia a dia do trabalho, por meio das situações e problemas que surgem.
- (B) Assim nos desenvolvemos enquanto trabalhamos e buscamos atualizações.
- (C) Reflexões contínuas e autoavaliação são atitudes que devem ser desenvolvidas.
- (D) Trata-se de uma busca e isso implica tirar o melhor proveito das experiências.
- (E) Pense se a relação com seu superior é produtiva, se o clima com os colegas é colaborativo.



16. As pessoas deveria estarem mais atentas para as características das redes sociais, pois participar delas implica tornar-se vulneráveis dos riscos a uma exposição num espaço de virtualidades, um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.

A frase acima, reescrita com coerência e correção, encontra-se em:

- (A) As pessoas deveriam estar mais atentas para as características das redes sociais, por que participar delas implica em tornar-se vulneráveis dos riscos a uma exposição num espaço de virtualidades, um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.
- (B) As pessoas deveriam estarem mais atentas para com as características das redes sociais, pois participar delas implica tornarem-se vulneráveis aos riscos a uma exposição num espaço de virtualidades, um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.
- (C) As pessoas deveriam estar mais atentas às características das redes sociais, pois participar delas implica tornarem-se vulneráveis aos riscos de uma exposição num espaço de virtualidades, um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.
- (D) As pessoas deveriam estarem mais atentas às características das redes sociais, por que participar delas implica em tornarem-se vulneráveis aos riscos de uma exposição num espaço de virtualidades, de um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.
- (E) As pessoas deveriam estar mais atentas às características das redes sociais, por que participar delas implica em se tornarem vulneráveis aos riscos a uma exposição num espaço de virtualidades, um mundo ao mesmo tempo fascinante e perigoso.

17. O emprego dos verbos está correto em:

- (A) Os jovens conquistam, por meio das redes sociais, uma adesão às suas ideias o que tornaram possível manifestações que se difundiram, ainda, por todas as capitais numa velocidade incrível.
- (B) Os jovens não se cansaram de utilizarem as redes sociais para postarem sua indignação pelo fato de que a privacidade será violada tanto por algumas pessoas como até por outros países.
- (C) As autoridades e as pessoas, de modo geral, ficaram espantadas com o poder de persuasão das redes sociais: faziam anos que os jovens não se manifestavam nas ruas das cidades.
- (D) Todos ficaram atônitos com as manifestações que houveram durante vários dias, e se deram conta do poder das redes sociais que difunde as notícias e aglutina pessoas numa velocidade incrível.
- (E) As pessoas, já havia muitos anos, tinham-se rendido aos encantos das redes sociais, e se esqueceram de quão perigosa poderia ser a exposição de ideias e de fatos de suas vidas privadas.

18. *A Galeria de Arte Zé de Dome foi fundada em 29 de junho de 1984 pelo Sr. Osvaldo José dos Santos, conhecido como o faroleiro-moldureiro, que através das suas molduras formou um acervo de mais de mil obras entre telas e esculturas de artistas sergipanos. Foi pioneiro em molduras no estado atendendo a mais de 90% da sociedade entre clientes e artistas plásticos. Marcelus Fonseca buscando dar continuidade a este sonho do seu pai, Osvaldo, transformou a Galeria de Arte Zé de Dome, num espaço para amigos.*

(Adaptado de: **Galeria Zé de Dome promove Grande Leilão de Artes e Antiguidades**. Disponível em: <http://jornaldacidade.net>. Acessado em 23/07/2013.)

Considere as seguintes afirmativas a respeito da pontuação do texto acima:

- I. O segmento *através de suas molduras* pode ser isolado por vírgulas sem prejuízo para a correção e, em linhas gerais, para o sentido.
- II. Pode-se acrescentar uma vírgula entre *Marcelus Fonseca e buscando*, sem prejuízo para a correção.
- III. Na última frase do texto pode-se suprimir a vírgula após *Osvaldo*, sem prejuízo para a correção e, em linhas gerais, para o sentido.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

19. A frase gramaticamente correta quanto à regência nominal e verbal é:

- (A) Muitos jovens têm preferido mais a companhia de seus computadores com suas redes sociais do que o convívio com seus amigos, ainda que esses relacionamentos possam não ser muito saudáveis.
- (B) Os usuários ainda não se aperceberam de que a utilização das redes sociais, sem os devidos cuidados, pode ser extremamente danosa tanto à vida pessoal como às questões relacionadas com o mundo do trabalho.
- (C) Os usuários devem lembrar-se que, nas redes sociais, as informações ficam expostas e sujeitas as mais diferentes interpretações e usos indevidos, o que pode prejudicá-los de modo quase irreversível.
- (D) Muitos jovens afastam-se de seus amigos e familiares buscando a amizades e os outros relacionamentos virtuais nas redes sociais, como se estes fossem capazes de preencher à solidão do mundo moderno.
- (E) Muitas pessoas procuram das redes sociais uma espécie de expansão de seus círculos de amizade, uma vez que visam, não só, encontrar novos amigos como também de exporem a suas vivências.



20. O sinal da crase está corretamente empregado em:

- (A) Muitos acreditam que o Brasil só voltará a crescer em ritmo razoável se os investimentos forem desengavetados. Com inflação alta e forte endividamento das famílias, a economia não vai avançar ancorada apenas no consumo pessoal. À espera de medidas que viabilizem o crescimento, os brasileiros assistem à inflação ganhando forças e voltando a causar danos às suas economias.
- (B) Muitos acreditam que o Brasil só voltará à crescer em ritmo razoável se os investimentos forem desengavetados. Com inflação alta e forte endividamento das famílias, a economia não vai avançar ancorada apenas no consumo pessoal. A espera de medidas que viabilizem o crescimento, os brasileiros assistem à inflação ganhando forças e voltando a causar danos às suas economias.
- (C) Muitos acreditam que o Brasil só voltará a crescer em ritmo razoável se os investimentos forem desengavetados. Com inflação alta e forte endividamento das famílias, à economia não vai avançar ancorada apenas no consumo pessoal. À espera de medidas que viabilizem o crescimento, os brasileiros assistem à inflação ganhando forças e voltando a causar danos as suas economias.
- (D) Muitos acreditam que o Brasil só voltará à crescer em ritmo razoável se os investimentos forem desengavetados. Com inflação alta e forte endividamento das famílias, a economia não vai avançar ancorada apenas no consumo pessoal. À espera de medidas que viabilizem o crescimento, os brasileiros assistem a inflação ganhando forças e voltando à causar danos às suas economias.
- (E) Muitos acreditam que o Brasil só voltará a crescer em ritmo razoável se os investimentos forem desengavetados. Com inflação alta e forte endividamento das famílias, à economia não vai avançar ancorada apenas no consumo pessoal. À espera de medidas que viabilizem o crescimento, os brasileiros assistem a inflação ganhando forças e voltando à causar danos às suas economia.

Organização do Ministério Público

21. São órgãos da administração superior do Ministério Público do Estado de Sergipe:

- (A) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça, os Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e o Corregedor Geral do Ministério Público.
- (C) a Procuradoria-Geral de Justiça, os Membros do Colégio de Procuradores de Justiça, os Membros do Conselho Superior do Ministério Público e o Corregedor Geral do Ministério Público.
- (D) o Procurador-Geral de Justiça, o Ouvidor Geral do Ministério Público, os Conselheiros do Conselho do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (E) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Ouvidoria do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.

22. Na organização do Ministério Público do Estado de Sergipe, a Secretaria-Geral é classificada como

- (A) gestora administrativa e orçamentária.
- (B) órgão auxiliar responsável pela supervisão dos serviços administrativos.
- (C) órgão competente pela gestão pública dos recursos e pelo pessoal administrativo.
- (D) órgão de execução do orçamento e coordenação administrativa.
- (E) gestora auxiliar dos órgãos da administração e de execução superior.

23. A chefia do Ministério Público do Estado de Sergipe cabe ao

- (A) Promotor Público Geral.
- (B) Procurador-Geral do Estado.
- (C) Promotor-Geral de Justiça.
- (D) Procurador-Geral de Justiça.
- (E) Procurador-Geral da República.

24. No Estado de Sergipe, a iniciativa do processo de destituição do mandato do Procurador-Geral de Justiça cabe

- (A) ao Governador do Estado.
- (B) à Assembleia Legislativa.
- (C) à Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (D) ao Colégio de Procuradores de Justiça.
- (E) à Corregedoria Geral da Justiça.

25. São membros natos do Conselho Superior do Ministério Público o

- (A) Procurador-Geral da República e o Corregedor Nacional do Ministério Público.
- (B) Procurador-Geral de Justiça e o Ouvidor do Ministério Público.
- (C) Corregedor-Geral do Ministério Público e o Ouvidor-Geral do Ministério Público.
- (D) Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e o Corregedor Nacional do Ministério Público.
- (E) Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público.



26. Em relação ao Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, pode-se afirmar:
- (A) o Secretário do Colégio é escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) nos afastamentos, ausências e impedimentos temporários do Procurador-Geral de Justiça é o responsável pela escolha do substituto.
 - (C) é o responsável por rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informações determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária.
 - (D) é o responsável pela elaboração da proposta orçamentária anual do Ministério Público.
 - (E) suas atribuições são exercidas pelo Órgão Especial, nos termos da Lei Orgânica estadual.
-
27. O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito para mandato de
- (A) dois anos, permitida uma recondução.
 - (B) quatro anos, sem direito a recondução.
 - (C) três anos, permitida uma recondução.
 - (D) um ano, permitida uma recondução.
 - (E) cinco anos, sem direito a recondução.
-
28. O Corregedor-Geral do Ministério Público terá como suplente o
- (A) segundo Procurador de Justiça mais votado.
 - (B) Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (C) Ouvidor do Ministério Público.
 - (D) Vice-Corregedor Geral.
 - (E) membro mais antigo do Colégio de Procuradores de Justiça.
-
29. As Procuradorias de Justiça são
- (A) colegiados com atribuição para exercer inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça.
 - (B) compostas com cargos de Procurador e Promotor de Justiça.
 - (C) órgãos autônomos para a fixação dos critérios de divisão interna dos serviços.
 - (D) responsáveis pela concessão de férias aos seus integrantes.
 - (E) órgãos de Administração do Ministério Público.
-
30. As Promotorias de Justiça
- (A) poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.
 - (B) terão as atribuições dos Promotores de Justiça que a integram fixadas mediante proposta do Corregedor-Geral do Ministério Público, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (C) terão suas atribuições, exclusão, inclusão ou outra modificação em suas atribuições ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram efetuadas pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) poderão, com a concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, de atribuição daquele.
 - (E) são responsáveis pela fixação da disciplina do estágio e a fiscalização da frequência dos estagiários.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Considere o seguinte trecho de ementa de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal:

A duração prolongada, abusiva e irrazoável da prisão cautelar de alguém ofende, de modo frontal, o postulado da dignidade da pessoa humana, que representa – considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) – significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso país e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo.

(HC 85237/DF, Relator Ministro Celso de Mello, julgamento em 17/03/2005)

Nesse caso, afirmou o Tribunal que a duração abusiva da prisão cautelar ofende

- (A) a dignidade da pessoa humana, fundamento da ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo.
- (B) a dignidade da pessoa humana, cujo valor interpretativo é superior ao valor de todos os demais fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) a ordem republicana e democrática consagradas pelo sistema de direito constitucional positivo como fundamentos da dignidade da pessoa humana.
- (D) o direito à duração razoável do processo, que se funda na dignidade da pessoa humana.
- (E) a vedação a penas de prisão de caráter perpétuo, que se funda na dignidade da pessoa humana.

32. Suponha que um prestador de serviços tenha tido sua imagem divulgada pública e ilícitamente, sem seu consentimento, sendo sua imagem vinculada à prática de ilícito criminal cometido por outra pessoa. Em razão desse fato, experimentou prejuízos financeiros, decorrentes da perda de clientes que deixaram de solicitar seus serviços. Nessa hipótese, havendo prova do dano material, moral e à imagem do prestador do serviço, o responsável pelo dano poderá ser condenado judicialmente em indenização por dano

- (A) material, apenas, estando implícito no pagamento do dano material a indenização pelo dano moral e à imagem.
- (B) material ou moral ou à imagem, à escolha da vítima, não podendo ser cumuladas.
- (C) material, moral e à imagem.
- (D) moral, apenas, uma vez que o dano moral é preponderante sobre o dano material e à imagem.
- (E) à imagem, apenas, uma vez que o dano à imagem é preponderante sobre o dano material e moral.

33. Suponha que determinado sindicato, representante dos interesses de uma categoria no Estado de Sergipe, tenha proposto ação judicial para defesa de direitos individuais de seus associados. O processo foi julgado extinto, por falta de comprovação do registro do sindicato no órgão público competente. À luz das disposições constitucionais, considere as seguintes assertivas a respeito do caso narrado:

- I. A decisão judicial é incompatível com a Constituição Federal, uma vez que não se pode exigir o registro de sindicato em qualquer órgão público, já que a fundação de sindicato independe de autorização estatal.
- II. A ação proposta pelo sindicato apenas poderia voltar-se para a proteção dos direitos coletivos da categoria, e não para a proteção de direitos individuais.
- III. A base territorial do sindicato é compatível com a Constituição, uma vez os trabalhadores e empregados interessados na criação de organização sindical apenas podem definir como base territorial área não inferior a um município.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) II e III.

34. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da nacionalidade, é correto afirmar que

- (A) são estrangeiros os nascidos no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por cinco anos ininterruptos e idoneidade moral.
- (C) aos portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
- (D) são brasileiros natos apenas os nascidos na República Federativa do Brasil, de pai ou mãe brasileira.
- (E) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, que não estejam a serviço da República Federativa do Brasil, não podem adquirir a nacionalidade brasileira.



35. Configura hipótese de cassação de direitos políticos:
- (A) o cancelamento de naturalização por sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, quando comprovada a prática de atos lesivos ao interesse nacional.
 - (B) a incapacidade civil absoluta ou relativa.
 - (C) a sentença de procedência transitada em julgado, proferida em sede de mandado de injunção julgado pelo Supremo Tribunal Federal, quando o ato coator for praticado por membros de alguns dos Poderes da União.
 - (D) a sentença condenatória transitada em julgado, proferida em sede de ação popular ajuizada em razão de prática de atos lesivos ao patrimônio público.
 - (E) a recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
-
36. Um ônibus, de empresa privada prestadora de serviços de transporte público municipal, envolveu-se em acidente que ocasionou lesões corporais de natureza grave em alguns dos passageiros transportados pela companhia. Há provas de que o acidente foi fruto de culpa do motorista do ônibus. Nessa situação, a responsabilidade pelos danos decorrentes do acidente pode ser imputada
- (A) à empresa privada prestadora de serviços públicos, apenas se comprovada a impossibilidade de pagamento da indenização pelo motorista.
 - (B) à empresa privada prestadora de serviços públicos, assegurado o direito de regresso contra o motorista.
 - (C) apenas ao motorista de ônibus, já que caracterizada a sua culpa.
 - (D) apenas ao município titular dos serviços de transporte público prestados pela empresa privada, assegurado o direito de regresso contra o motorista.
 - (E) apenas ao município titular dos serviços de transporte público prestados pela empresa privada, vedado o direito de regresso contra o motorista, uma vez que não houve dolo do agente.
-
37. Suponha que um servidor público estável tenha sido demitido mediante decisão proferida em processo administrativo em que lhe foi assegurada ampla defesa. O servidor então propôs ação judicial, em que pleiteou sua reintegração ao cargo, em que pese a vaga já tivesse sido preenchida por outro servidor estável. À luz das disposições constitucionais, a demissão
- (A) pode ser aplicada por decisão proferida em processo administrativo e, caso invalidada por sentença judicial, o servidor será reintegrado e o ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (B) pode ser aplicada por decisão proferida em processo administrativo, não podendo ser invalidada por sentença judicial, já que o cargo foi preenchido por outro servidor estável.
 - (C) pode ser aplicada por decisão proferida em processo administrativo, não podendo ser invalidada por sentença judicial, considerando a autonomia e independência entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
 - (D) somente seria cabível mediante sentença judicial transitada em julgado, uma vez que o servidor demitido era estável.
 - (E) somente seria cabível mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa, não podendo ser invalidada por sentença judicial, já que o cargo foi preenchido por outro servidor estável.
-
38. Projeto de lei federal versando sobre o regime jurídico dos servidores da Administração pública federal é de iniciativa
- (A) concorrente do Presidente da República e de qualquer membro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que a discussão e votação do projeto proposto pelo Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados.
 - (B) privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação do projeto terão início no Senado Federal.
 - (C) privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação do projeto terão início em qualquer das Casas legislativas, a escolha do Presidente do Congresso Nacional.
 - (D) privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação do projeto terão início na Câmara dos Deputados.
 - (E) de qualquer membro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que a discussão e votação do projeto terão início na Casa legislativa a qual pertencer o autor do projeto.
-
39. Havendo acusação do Presidente da República por prática de ato definido pela lei como crime de responsabilidade, caberá
- (A) ao Supremo Tribunal Federal julgá-lo, após o término do mandato presidencial, uma vez que o Presidente da República não pode ser responsabilizado na vigência de seu mandato.
 - (B) ao Supremo Tribunal Federal julgá-lo, caso admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
 - (C) ao Senado Federal julgá-lo, caso admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
 - (D) ao Senado Federal julgá-lo, independentemente de admissão da acusação pela Câmara dos Deputados.
 - (E) à Câmara dos Deputados julgá-lo, caso admitida a acusação pelo Senado Federal.



40. Considere a hipótese em que a Mesa do Senado Federal tenha proposto ação direta de inconstitucionalidade em face de lei federal, perante o Supremo Tribunal Federal. Após manifestação do Procurador-Geral da República, foi citado o Advogado-Geral da União, que defendeu a lei impugnada. Na sequência, o Tribunal julgou procedente a ação, com eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. A situação narrada mostra-se
- (A) compatível com a Constituição Federal, no que toca ao cabimento da ação em face de lei federal perante o Supremo Tribunal Federal e quanto aos efeitos da decisão judicial, mas não quanto à propositura da ação pela mesa do Senado Federal.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, em todos os seus aspectos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o Procurador-Geral da República não deve ser ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o Advogado-Geral da União não deve ser citado nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei federal.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a decisão do Tribunal não pode produzir efeitos vinculantes e contra todos nos termos determinados pelo Supremo Tribunal Federal.
-
41. Um membro do Ministério Público Estadual, com cinco anos de carreira, perdeu seu cargo por decisão judicial transitada em julgado, em razão de ter sido comprovado que exercia a advocacia. Nesse caso, a perda do cargo determinada por sentença judicial é
- (A) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o membro do Ministério Público deveria ter sido demitido por decisão proferida em processo administrativo disciplinar, com as garantias do devido processo legal, assegurando-se ao Poder Judiciário a possibilidade de revisão da decisão administrativa.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, uma vez que a conduta praticada pelo membro do Ministério Público é irregular, sendo que, após cinco anos de exercício, o membro do Ministério Público adquire vitaliciedade, somente podendo perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) compatível com a Constituição Federal, uma vez que a conduta praticada pelo membro do Ministério Público é irregular, sendo que, após três anos de exercício, o membro do Ministério Público adquire estabilidade, somente podendo perder o cargo por processo administrativo disciplinar ou por decisão judicial transitada em julgado.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, uma vez que a conduta praticada pelo membro do Ministério Público é irregular, sendo que, após três anos de exercício, o membro do Ministério Público adquire vitaliciedade, somente podendo perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a conduta praticada pelo membro do Ministério Público é regular, não podendo ensejar a aplicação da pena de demissão ou de qualquer outra pena.
-
42. Cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
 - (B) promover a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
 - (C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, quando ameaçados por prática de abuso de poder pelas autoridades públicas.
 - (D) promover a ação penal pública, nos crimes praticados contra a Administração pública.
 - (E) processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
-

Noções de Direito Administrativo

43. Determinada entidade cuja criação é autorizada por lei de ente federativo, sendo seus atos constitutivos regidos segundo a Lei de Sociedades Anônimas, viabilizando, desse modo, a participação minoritária de capital privado na composição de suas ações
- (A) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como empresa pública.
 - (B) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como sociedade de economia mista.
 - (C) integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, sendo caracterizada como autarquia.
 - (D) não integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, já que sua constituição está submetida a regime jurídico de direito privado.
 - (E) não integra a Administração indireta do ente federativo que a criou, pois a entidade é sociedade anônima, de natureza empresarial, sendo proibido ao Estado utilizar-se de tal figura.
-



44. Os princípios básicos da Administração pública podem ser expressos ou implícitos, sendo estes reconhecidos a partir da interpretação da doutrina e jurisprudência, impondo determinados padrões e balizas para atuação da Administração pública. Dentre eles, está o princípio da indisponibilidade do interesse público que
- (A) prevalece sobre os demais princípios implícitos e explícitos, mitigando o próprio princípio da legalidade, na medida em que faculta ao Gestor Público, até mesmo por ato administrativo, afastar a aplicação de lei que o autorize a transigir, por ofensa à indisponibilidade do interesse público.
 - (B) determina que os interesses privados não possam se sobrepor ao interesse público, inviabilizando que as matérias de conteúdo patrimonial, sob litígio durante a execução de um contrato de concessão de serviço público, sejam submetidas e decididas por mecanismos privados para resolução de disputas.
 - (C) impede a celebração de termos de ajustamento de conduta com a Administração pública, já que exclui a possibilidade de negociação de seu conteúdo entre os partícipes, sob pena de ofensa à legalidade.
 - (D) é uma das facetas do princípio da licitação, ao lado do princípio expresso da impessoalidade, evitando privilégios e favorecimentos direcionados àqueles que possam não executar o objeto da contratação satisfatoriamente.
 - (E) fundamenta o sacrifício ao exercício de competências atribuídas por lei à Administração pública, como a instalação de infraestrutura rodoviária sobre área irregularmente ocupada por movimento de sem-teto.
-
45. O ato de delegação fruto do poder hierárquico, poderá transferir atribuições
- (A) relacionadas à edição de atos de competência exclusiva atribuída ao delegante.
 - (B) específicas, mediante prazo determinado e publicação do ato de delegação por meio oficial.
 - (C) correspondentes à totalidade das competências atribuídas ao delegante pela lei.
 - (D) cometidas a qualquer órgão singular, uma vez que não são passíveis de delegação as competências imputadas a órgãos colegiados.
 - (E) específicas e, mesmo quando praticadas pelo agente delegado, considerar-se-ão editadas pelo delegante.
-
46. O Município de Aracajú, no exercício de sua competência de controle do uso e ocupação do solo urbano, determina que os estabelecimentos empresariais sujeitem-se ao procedimento de obtenção de alvará de localização e funcionamento, em conformidade ao Código Municipal de Posturas. O juízo exercido pela autoridade municipal que obriga os estabelecimentos à obtenção do alvará é relacionado ao
- (A) poder disciplinar, em razão da aplicação do princípio da superioridade do interesse público sobre o interesse privado, que subordina as atividades empresariais ao prévio controle de legalidade e adequação, com cominação de penalidades para os usos desconformes.
 - (B) poder de polícia, exercido por meio de autorização, de juízo vinculado da autoridade, pois se consubstancia em atividade de fiscalização preventiva que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança e do interesse público.
 - (C) poder disciplinar, em razão do controle prévio de orientação à ordenação do uso e do solo urbano segundo as regras prévias estabelecidas no zoneamento municipal.
 - (D) poder regulamentar, exercido por meio de autorização, de juízo discricionário da autoridade, pois se materializa em atividade de aplicação de preceitos legais ao caso concreto, visando a limitação de direitos individuais em benefício da segurança e do interesse público.
 - (E) poder de polícia, exercido por meio de licença, de juízo vinculado da autoridade, pois se concretiza em atividade de fiscalização preventiva que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança e do interesse público.
-
47. O princípio da continuidade do serviço público aplicado aos contratos de concessão regidos pela Lei Federal nº 8.987/95 impede
- (A) o reconhecimento de algumas prerrogativas para a Administração pública, como a retomada do serviço concedido por interesse público, conhecida como encampação, quando se mostrar necessário que o poder concedente assumira a execução do serviço.
 - (B) a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de superveniências imprevistas que afetem a sua execução.
 - (C) a estipulação de prazo para o cumprimento das obrigações assumidas contratualmente.
 - (D) a aplicação do princípio da exceção do contrato não cumprido, pelo qual o concessionário poderia deixar de cumprir obrigação contratual quando houvesse inadimplemento do contrato pelo Poder Concedente.
 - (E) a mutabilidade de cláusulas regulamentares previstas nos contratos de concessão para tornar o serviço atualizado, mediante a renovação da frota de ônibus periodicamente, por exemplo.



48. O poder extroverso do ato administrativo, também conhecido como atributo da imperatividade, gera a
- (A) presunção de legalidade ao ato administrativo, até prova em sentido contrário.
 - (B) vinculação do conteúdo do ato administrativo a terceiros, independentemente de concordância.
 - (C) capacidade de exigir o cumprimento do conteúdo obrigacional do ato administrativo independentemente de intervenção do Poder Judiciário.
 - (D) necessidade de correspondência do ato administrativo aos figurinos legais existentes à época de sua elaboração.
 - (E) afastabilidade de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário, em função do poder de império da Administração Pública.
-
49. Diante de um ato administrativo editado com desvio de poder, a Administração pública tem o dever de buscar a
- (A) revogação do ato, uma vez que o seu vício decorre da ausência de previsão da competência para sua edição nas atribuições legais do agente que o praticou.
 - (B) anulação do ato, porque a matéria, de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado que se pretende obter.
 - (C) anulação do ato, já que o agente o pratica visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
 - (D) convalidação do ato, pois o vício decorrente do desvio de poder é sanável, impondo-se a preservação dos atos já produzidos sob sua vigência, em nome do princípio da segurança jurídica.
 - (E) revogação do ato, diante da inobservância das formalidades legais que condicionam sua existência.
-
50. Um Secretário de Estado toma conhecimento de ilícito administrativo praticado por determinado servidor público integrante de seu órgão. Com a notícia, publica portaria com indicação de membros da comissão processante para apuração dos elementos necessários à identificação dos fatos e de sua autoria. Obedecidos todos os trâmites legais, a comissão oferece relatório conclusivo para a autoridade competente para o julgamento que, a partir dos elementos constantes dos autos e da sua valoração, aplica a pena de demissão ao servidor faltoso. Neste caso hipotético, o ato administrativo de publicação da portaria para apuração de responsabilidade é
- (A) vinculado, pois a apuração do ilícito administrativo depende do juízo de conveniência e oportunidade da autoridade.
 - (B) vinculado, assim como o ato administrativo da autoridade que aplica a pena ao servidor público.
 - (C) discricionário, assim como o ato administrativo da autoridade que aplica a pena ao servidor público.
 - (D) discricionário, enquanto que o ato administrativo que estabelece a pena é vinculado.
 - (E) vinculado, embora o ato administrativo editado pela autoridade que aplica a pena ao servidor seja discricionário.
-
51. Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Sergipe, é considerada demissão a bem do serviço público o ato do servidor público caracterizado por
- (A) ofensa física, em serviço, a outro funcionário ou particular, salvo em legítima defesa.
 - (B) insubordinação grave em serviço.
 - (C) má-fé no descumprimento dos deveres funcionais.
 - (D) abandono de cargo.
 - (E) aplicação ilegal dos recursos do erário, precedida de dolo.
-
52. Caio, servidor público ocupante de cargo efetivo do Poder Legislativo, circulou rifa em seu departamento para arrecadar recursos em favor de programa social promovido por reconhecida instituição de assistência filantrópica da qual é voluntário. Em relação ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Sergipe, a conduta de Caio deverá ser objeto de Processo Administrativo Disciplinar,
- (A) porque constitui ilícito administrativo, por ofensa às proibições imputadas ao Servidor Público, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade penal e civil, as quais poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade disciplinar.
 - (B) não lhe aplicando, porém, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Sergipe, cujo regime jurídico aplica-se exclusivamente aos servidores públicos dos cargos do Poder Executivo.
 - (C) porque constitui ilícito administrativo, por ofensa aos deveres do Servidor Público, sendo privativa à própria autoridade administrativa a decisão final sobre a imputação de responsabilidade penal e civil ao servidor, que são interdependentes à responsabilidade administrativa.
 - (D) embora não se sujeite a nenhuma pena disciplinar, já que o autor dela não auferiu vantagens e, os recursos arrecadados com a rifa serão destinados a programas filantrópicos com os quais o Estado deve se solidarizar.
 - (E) porque constitui ilícito administrativo, sendo que a aplicação da pena disciplinar na esfera administrativa não poderá ser cumulada com eventuais penalidades cominadas nas esferas civis ou penais, cabendo à autoridade substituir a penalidade administrativa por estas.



53. Diante de auto de infração que autua determinado restaurante e aplica-lhe a penalidade de interdição sanitária, os agentes públicos responsáveis resolvem, concomitantemente ao ato, lacrar o imóvel mediante a construção de um pequeno muro que garanta a inviolabilidade do estabelecimento enquanto perdurar a pena, sem que, para tanto, tenham a autorização do Poder Judiciário. Quanto aos atributos do ato administrativo, a atitude adotada pelos agentes em reforço à atuação administrativa evidencia a
- (A) imperatividade, que obriga a terceiros acatar as decisões da autoridade administrativa.
 - (B) ilegalidade, na medida que o muro é obrigação de fazer a ser constituída por decisão judicial.
 - (C) autoexecutoriedade, que busca a salvaguarda do interesse público almejado pelo ato administrativo.
 - (D) presunção de veracidade, pois mostra que o ato encontra-se consoante às posturas municipais.
 - (E) vinculação, pois os agentes poderiam optar pela lacração do imóvel com fitas adesivas ao invés de erguer um muro de contenção.
-
54. Roberto é diretor-presidente de uma fundação qualificada como Organização Social, em razão de contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de Sergipe. O plano de trabalho da entidade determina que haja o acolhimento de um número de moradores de rua por ano, qualificando-os profissionalmente por 6 (seis) meses. Para tal mister, a Organização Social recebe o equivalente a 65% (sessenta e cinco por cento) de sua receita anual do Governo do Estado. Ocorre que, uma denúncia anônima oferecida ao Ministério Público Estadual informa que determinada Associação de Moradores de um bairro nobre de Aracaju ofereceu vantagem pecuniária a Roberto, que foi por ele prontamente aceita, para que atuasse de forma prioritária nos limites territoriais do bairro, deixando de atender áreas mais degradadas da cidade. No bojo do inquérito civil, sem contestar os fatos, Roberto apresenta defesa onde indica que atuou dentro dos limites do plano de trabalho e cumpriu o objetivo institucional da sua Organização Social. Sobre o caso narrado acima é correto
- (A) capitular a conduta de Roberto como improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, já que o recebimento de vantagem patrimonial indevida está sujeito às penalidades da Lei Federal nº 8.429/1992.
 - (B) afastar qualquer imputação de responsabilidade por improbidade administrativa, já que Roberto não é servidor público, condição necessária para aplicação da Lei Federal nº 8.429/1992.
 - (C) acolher as razões de defesa oferecidas por Roberto, já que receber vantagem econômica sem causar dano ao erário não constitui ato de improbidade administrativa.
 - (D) afirmar que o responsável pela associação de moradores não poderá ser alcançado pelas penas cominadas pela Lei de Improbidade Administrativa, já que não é responsável pela gestão direta dos recursos públicos recebidos pela Organização Social.
 - (E) afirmar que a conduta de Roberto somente seria capitulada como improbidade administrativa se a fundação tivesse sido criada por quaisquer dos entes federativos, não se aplicando a Lei Federal nº 8.429/1992 para os casos em que a entidade receba do Estado recursos orçamentários.

Noções de Direito Penal

55. *Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.* Trata-se do postulado constitucional que se consagrou com a denominação de
- (A) presunção de inocência.
 - (B) devido processo legal.
 - (C) *in dubio pro reo*.
 - (D) estrita legalidade.
 - (E) princípio da culpabilidade.
-
56. A lei penal brasileira tem vigência espacial precipuamente regida pelo postulado denominado
- (A) competência universal.
 - (B) subsidiariedade.
 - (C) nacionalidade.
 - (D) proteção.
 - (E) territorialidade.
-
57. Na estrutura do Direito Penal, a tentativa é instituto que diz respeito mais diretamente à ideia de
- (A) tipicidade.
 - (B) antijuridicidade.
 - (C) culpabilidade formal.
 - (D) culpabilidade material.
 - (E) imputabilidade.



58. Com relação ao plano subjetivo do crime,
- (A) as culpas concorrentes de regra se compensam.
 - (B) dolo indireto é aquele cometido com culpa consciente.
 - (C) não há tentativa de crime culposo e involuntário.
 - (D) de regra os crimes são culposos e, excepcionalmente, dolosos.
 - (E) a culpa inconsciente é impunível.
-
59. O furto define-se como subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel. Podemos genericamente melhor classificá-lo como crime
- (A) instantâneo.
 - (B) permanente.
 - (C) habitual.
 - (D) de perigo concreto.
 - (E) de perigo abstrato.
-
60. Por si própria, a conduta de premeditar um crime de homicídio caracteriza
- (A) início de execução.
 - (B) exaurimento.
 - (C) cogitação impunível.
 - (D) dolo.
 - (E) erro de proibição.
-
61. Uma vez reconhecido o concurso formal de crimes, será afinal aplicada pena privativa de liberdade
- (A) aquém daquela mais grave isoladamente aplicável por qualquer dos crimes.
 - (B) aquém daquela menos grave isoladamente aplicável por qualquer dos crimes.
 - (C) igual à pena mais grave isoladamente aplicável por qualquer dos crimes.
 - (D) além daquela mais grave e até a somatória aritmética das penas isoladamente aplicáveis aos crimes.
 - (E) além da somatória aritmética das penas isoladamente aplicáveis aos crimes.
-
62. Conta-se que o rei grego Drácon, na Antiguidade, exatamente por não dispor de nada ainda mais grave, mandava punir indistintamente todos os criminosos com a pena de morte. Daí, portanto, o adjetivo *draconiano* a um direito penal assim severo. À vista disso, já com o repertório da modernidade penal, poderíamos criticar Drácon por não observar a ideia de
- (A) legalidade.
 - (B) proporcionalidade.
 - (C) fragmentariedade.
 - (D) irretroatividade.
 - (E) pessoalidade.
-

Noções de Direito Processual Penal

63. Em relação às garantias do acusado no processo penal, é correto afirmar que
- (A) o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
 - (B) em nenhuma hipótese se admite ação penal privada nos crimes de ação pública.
 - (C) a prisão de qualquer pessoa, mas não o local onde se encontre presa, será comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - (D) o preso tem direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão, mas não por seu interrogatório policial.
 - (E) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo unicamente com a natureza do delito e a idade do apenado.
-
64. Em relação aos prazos no processo penal, é correto afirmar que
- (A) se interrompem por férias, domingos ou feriados.
 - (B) não se computará no prazo o dia do começo.
 - (C) o prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á vencido no dia útil anterior.
 - (D) salvo casos expressos, os prazos correrão da juntada aos autos do mandado certificada pelo oficial de justiça.
 - (E) exclui-se da contagem do prazo processual, o dia do vencimento.
-



65. Nos termos do Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal de iniciativa pública, o inquérito policial será iniciado somente
- (A) de ofício.
 - (B) por requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - (C) mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - (D) por requisição do Ministério Público.
 - (E) de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
-
66. Caso o querelante deixe de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, será julgada extinta a punibilidade na ação penal de iniciativa privada em razão da ocorrência de
- (A) perempção.
 - (B) decadência.
 - (C) prescrição.
 - (D) renúncia.
 - (E) retratação.
-
67. De acordo com as disposições do Código de Processo Penal referentes à prisão em flagrante, é correto afirmar:
- (A) Não se considera em flagrante delito aquele que é perseguido, logo após a infração, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
 - (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
 - (C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
 - (D) Não se considera em flagrante delito aquele que é encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
 - (E) Apenas as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
-
68. No tocante à prisão preventiva,
- (A) poderá ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal, mesmo que não haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - (B) somente é cabível nos crimes culposos.
 - (C) a decisão que denegá-la será motivada.
 - (D) somente pode ser decretada se houver expresso pedido da vítima neste sentido.
 - (E) apenas é cabível depois do recebimento da denúncia.
-
69. Em relação aos recursos no processo penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
 - (B) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
 - (C) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
 - (D) O Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto.
 - (E) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
-
70. De acordo com a Lei nº 9.099/95,
- (A) para a suspensão condicional do processo, o juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.
 - (B) consideram-se infrações de menor potencial ofensivo apenas as contravenções.
 - (C) a suspensão condicional do processo não interrompe nem suspende o curso da prescrição.
 - (D) havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena privativa de liberdade.
 - (E) apenas os crimes punidos com detenção comportam suspensão condicional do processo.